

PROSA E POESIA NO MORRO

**PERIFERIAS
EM REDE
EXPERIÊNCIAS
E PERSPECTIVAS**

**CLARICE LIBÂNIO
JOSIMEIRE ALVES
[ORGANIZADORAS]**



**BELO HORIZONTE
2018**

Copyright © 2018 Favela é Isso Aí

Realização

Favela é Isso Aí e Casa do Beco

Coordenação editorial e concepção

Clarice Libânio

Organização do volume

Clarice Libânio e Josemeire Alves Pereira

Capa / projeto gráfico e diagramação

Carol D'Alessandro

Catálogo da publicação (CIP)

Libânio, Clarice de Assis (org.)

P442 Periferias em rede : experiências e perspectivas / Clarice de Assis Libânio e Josemeire Alves Pereira (organizadoras) - Belo Horizonte : Favela é Isso Aí, 2018.

288 p. : il. p&b. (Prosa e Poesia no Morro)

ISBN 978-85-60740-13-0

1. Periferias – aspectos culturais 2. Periferias – visão política e social 3. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) 4. Projeto Periferias em Rede I. Pereira, Josemeire Alves II. Título III. Série

CDD: 711

Elaboração: Cleide A. Fernandes CRB6/2334



PROSA E POESIA NO MORRO

PERIFERIAS EM REDE EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

CLARICE LIBÂNIO
JOSIMEIRE ALVES
[ORGANIZADORAS]

CONTEÚDO

Prefácio

Clarice Libânio e Josemeire Alves 5

Seção I – Favela, periferia, gentrificação e segregação racial no espaço urbano 8

Dos estigmas e ausências às transformações e potências: as periferias metropolitanas como campos de práticas
Bruno Márcio de Castro Reis 5

O estigma do invasor na produção do espaço urbano - O caso de Belo Horizonte
Lisandra Mara Silva e Josemeire Alves Pereira 5

Análise da Segregação Socioespacial no Município de Ribeirão das Neves e seus Impactos na Identidade de seus Moradores
Marcos Antônio Silva 5

A cidade das favelas
Clarice Libânio 5

Seção II – A periferia como potência: novas perspectivas sobre o direito à cidade 60

Cordel História da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente
Ricardo Evangelista 5

“Neves mil grau”. O crescimento populacional desordenado de Ribeirão das Neves (Minas Gerais, Brasil) e o impacto na produção de seu patrimônio cultural
Nayara de Amorim Salgado 5

O papel das práticas culturais nos processos de mudança social: olhando através do mapeamento cultural das favelas de Belo Horizonte

Clarice Libânio 5

Atuação do arquiteto na produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda

Juliana de Faria Linhares e Denise Morado Nascimento 5

Seção III – Educação, cultura e transformação social a partir das periferias..... 130

Juventudes, educação e cultura: algumas reflexões sobre o curso de formação de agentes de projetos socioculturais

Luísa Cristina Nonato e Juliana Batista dos Reis 5

Releitura da poesia “Gritaram-me negra”: uma reflexão sobre práticas educativas significativas de combate ao racismo

Mariana Pereira de Oliveira de Freitas Gonçalves e Claudia Elizabete dos Santos Santos 5

A cultura na periferia metropolitana: observando e vivendo a vida em Vespasiano/MG

Bruno Márcio de Castro Reis 5

Juventude da favela - O mundo é diferente da ponte pra cá

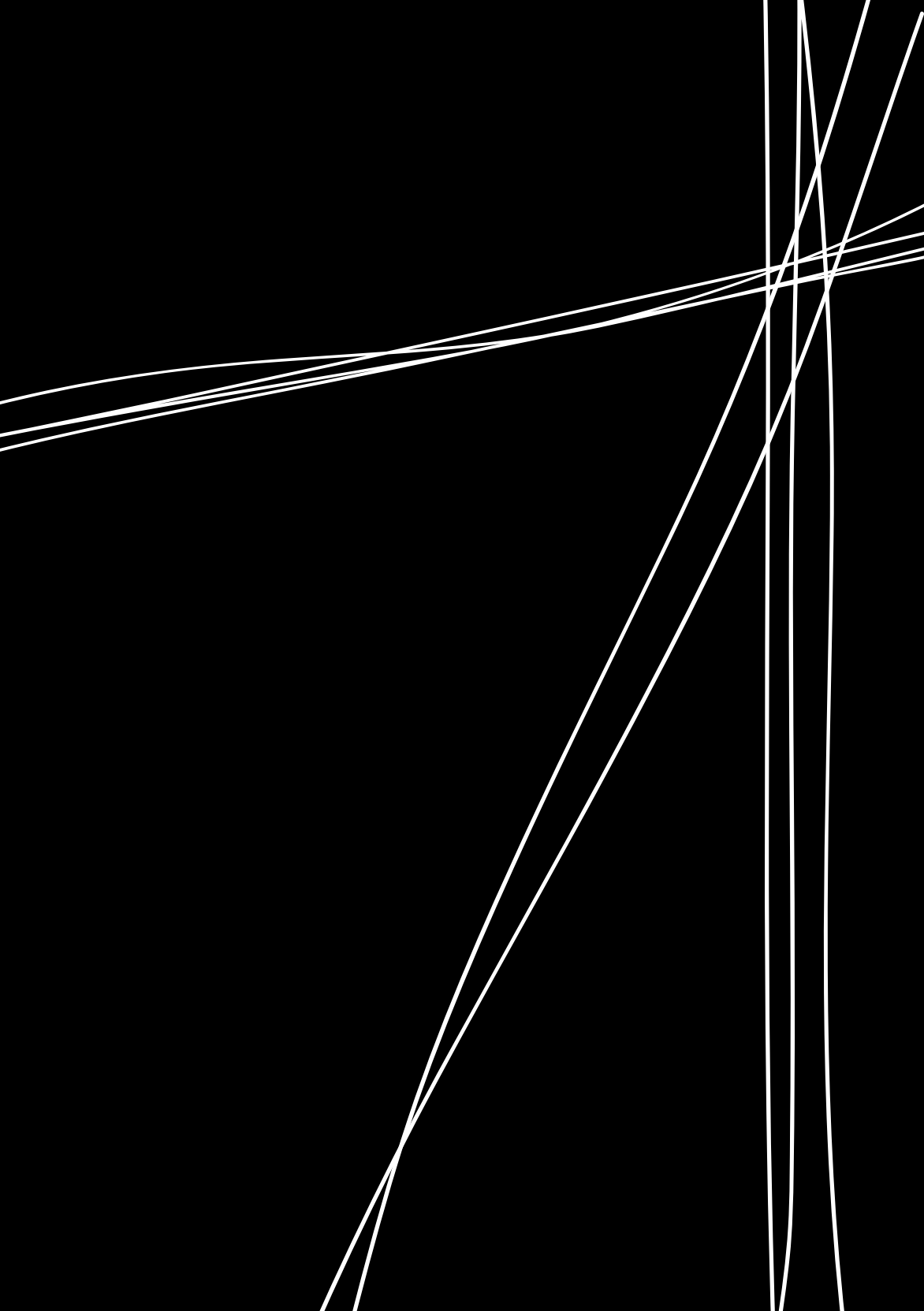
Filipe Silva 5

Cultura e Identidade na Cidade: o hip hop na voz e no ritmo da juventude nevensense

Marcela Menezes Costa e Vanessa Camila da Silva 5

Mapeamento da identidade cultural na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a contribuição do projeto Lumes na constituição de uma cidadania metropolitana

Alessandra Rocha, Ana Lares, Júlia Lazzarini e Matheus Santos Soares 5



ATUAÇÃO DO ARQUITETO NA PRODUÇÃO DA MORADIA AUTOCONSTRUÍDA PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Juliana de Faria Linhares e Denise Morado Nascimento

Resumo: Este trabalho parte do pressuposto de que a associação entre o campo de conhecimento da arquitetura e a prática da autoconstrução, sendo essa produção da moradia por parte da população de baixa renda, pode possibilitar a produção de uma cidade socialmente mais justa. Propomos o debate em torno das possibilidades de atuação do arquiteto a partir das práticas de assessoria técnica realizadas pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A partir de um olhar empírico sobre a atuação dos pesquisadores/profissionais no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda, apresentamos a perspectiva do processo de projeto fundamentada pelo compartilhamento de informações técnicas com os moradores.

Palavras-chave: autoconstrução; assessoria técnica; projetos compartilhados.

1 Introdução

Neste artigo propomos refletir acerca da atuação do arquiteto no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda, a partir do olhar empírico sobre as práticas de assessoria técnica realizadas pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, na Vila Acaba Mundo (Belo Horizonte), inseridas no projeto de extensão *Diálogos*

e na pesquisa de mestrado de uma das autoras.⁴² O pressuposto adotado foi de que a associação entre arquiteto e autoconstrutor pode promover a construção de outra cidade, socialmente mais justa, a partir do compartilhamento do processo de projeto da moradia. Para tanto, o caminho metodológico adotado passou pela investigação teórica, fomentando a adoção dos conceitos e premissas adotados; pela prática empírica, revelando entraves e benefícios da atuação através da assessoria técnica; e pela consulta de referências existentes, identificando métodos e ferramentas em práticas de assistência e/ou assessoria técnica já experienciados por outros profissionais.

Nosso incômodo parte do número estatístico da autoconstrução, isto é, da produção de moradias sem a presença de arquitetos e/ou engenheiros, estimado em 85% das reformas ou das obras realizadas pela população brasileira (CAU/BR e DATAFOLHA, 2015); necessário ressaltar que esta parcela de autoconstrutor não representa apenas pessoas de baixa renda. Embora a autoconstrução seja quase naturalmente associada à produção de moradias pela população pobre, o conceito do termo abrange aspectos para além daqueles visíveis, imagéticos ou simbólicos – ou seja, aqueles socialmente construídos pelo discurso acerca da sua significação. Contudo, visto que apenas 15% da provisão habitacional está associada aos profissionais

42 PRAXIS-EA/UFMG é um grupo de pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG) da Escola de Arquitetura da UFMG. A dissertação de mestrado da autora Juliana de Faria Linhares, intitulada “Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda”, sob a orientação da Prof. Dra. Denise Morado Nascimento, foi apresentada ao NPGAU/UFMG em outubro de 2018. Mais informações sobre o projeto “Diálogos: a mediação da informação na produção e no uso da moradia”, ver <<http://praxis.arq.ufmg.br/blog/dialogos/dialogos.html>>. Todos os moradores assessorados autorizaram a divulgação dos processos.

da arquitetura e da engenharia, inferimos que a autoconstrução é prática em quase toda a cidade. Essa constatação justifica, de antemão, a investigação acerca das razões pelas quais o campo de conhecimento da arquitetura [e da engenharia] distancia-se da produção da moradia.

Nosso argumento é que a prática da autoconstrução, por parte da população de baixa renda, caracteriza-se como resposta possível de uma determinada classe social diante das políticas urbanas de provisão de moradias estabelecida, muitas vezes, pela urgência da sobrevivência e da necessidade de abrigo (MORADO NASCIMENTO, 2016). Nesta perspectiva, a arquitetura autoconstruída é dada como supostamente precária, tratada como problema a ser erradicado ou substituída e analisada a partir de parâmetros estanques e imagéticos vinculados à postura institucionalmente tecnocrata. Porém, sendo o espaço urbano autoconstruído historicamente resultante das estruturas sociais e econômicas, bem como do processo de morar e de habitar a cidade por parte do cidadão, a autoconstrução tem sido associada apenas à sua materialidade, distante da prática que a efetivou. Se assim é, a falta de qualidade das moradias da classe de baixa renda tem funcionado mais como discurso que alimenta o mercado de produção da habitação social do que como premissa que aproxima o arquiteto da autoconstrução.

Retomamos, então, o debate acerca do distanciamento do arquiteto da produção da moradia, especialmente restrito ou quase inexistente quando tratamos da população pobre. Com base em Ferro (2006) e Stevens (2003), afirmamos que a formação educacional do arquiteto se baseia no papel de prestador de serviços para as classes dominantes, constituindo-se como profissional a partir das demandas do capital. Neste modelo, o arquiteto, quando eventualmente desenha ou planeja habitação

social, reproduz modelos padronizados ou hegemônicos de casas, sempre em larga escala e baixos custos, mais voltadas à extração de lucros do que às necessidades habitacionais dos moradores.

O profissional arquiteto, que se forma pela reprodução do capital simbólico do campo, historicamente distante da obra, usa o desenho arquitetônico, em linguagem técnica codificada, como instrumento de poder diante dos agentes envolvidos, especialmente o morador. O desenho técnico, carregado de autoridade, de ordem de serviço e de privilégios, engendra-se em práticas impositivas e heterônomas. Desta forma, até mesmo para as classes mais altas, o campo de atuação profissional torna-se reduzido. Para a população de baixa renda, o arquiteto torna-se incompatível com o autoconstrutor, na medida em que suas decisões de projeto são tomadas concomitantemente às suas decisões de obra, sempre calçadas pelas necessidades habitacionais e pelas condições financeiras e temporais do morador para execução da obra, nem sempre incorporadas pelo arquiteto (MORADO NASCIMENTO, 2016).

Partimos, portanto, da hipótese de que a associação entre arquiteto e autoconstrutor pode transformar as condições das moradias autoconstruídas para que respondam melhor às necessidades habitacionais dos seus moradores. Porém, pressupomos que sejam necessários outros métodos, linguagens, ferramentas e proposições (e não o desenho técnico) que permitam a efetiva atuação do arquiteto na autoconstrução. Tal pressuposto foi estabelecido em razão das distintas necessidades apontadas pelos moradores nas práticas de assessoria técnica realizadas pelo grupo, desde 2010, e das definições técnicas/conceituais identificadas em outras experiências. O que é ideal, digno e de qualidade para o morador nem sempre condiz com o parâmetro de “melhoria” e a categorização de “problema”, se diferenciando de acordo com quem o define e por quem o soluciona. Sendo

assim, a problematização da autoconstrução é necessária para que a assessoria técnica não se constitua como resposta padrão, imposta de forma violenta e ordenada.

Objetivando realizar a assessoria técnica como prática sob outra lógica, propomos o arquiteto como mediador de informações entre o saber técnico e o saber dos moradores. O profissional deixa de ser quem recebe demanda ou soluciona problemas, mas aquele que abre mão do poder sobre o desenho técnico (como projeto ou ordem de serviço). Assim, passa a ser um provocador, um proponente, um assessor técnico, capaz de fornecer dados e informações importantes para a prática autoconstrutora. Adota-se, portanto, a assessoria técnica como:

mediação entre os saberes dos construtores, que visa aproximar à realidade construtiva dos autoconstrutores a ferramentas projetuais e soluções técnicas que propiciem a qualificação na tomada da decisão projetual, ou seja, que possibilite uma tomada de decisão consciente de seu potencial e suas fragilidades (TIBO, 2017, p.4).

Para isto, o desenho, a linguagem e os métodos de compartilhamento da informação a serem utilizados são repensados. No horizonte, os processos de transformação social são efetivamente alterados a partir do compartilhamento dos processos de decisão entre morador e arquiteto. A assessoria técnica, nesses moldes, pretende reverter os estigmas sociais ligados à prática autoconstrutora, usualmente associada à precariedade e à má qualidade.

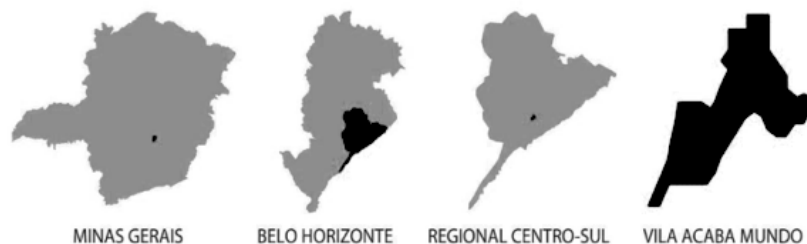
2 Assessoria técnica na Vila Acaba Mundo

A partir da prática dos autoconstrutores, propomos outra lógica da prática do arquiteto, ou seja, processos de projeto e de

obra compartilhados por meio de ferramentas comunicacionais (linguagens, metodologias e instrumentos) apresentadas para promover o diálogo recíproco e desejado entre todos os envolvidos no processo, objetivando agregar informações técnicas ao processo de produção da moradia e fortalecer o processo de tomada de decisão.

Foram realizadas 12 práticas de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo (Figura 1), durante o período de novembro de 2016 a março de 2018.⁴³ A vila, fundada nos anos 1940, abriga atualmente cerca de 600 famílias e 500 moradias, abastecidas por rede de água e de esgoto, iluminação pública (TIBO, 2017). A área é reconhecida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Figura 1 - Localização da Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte - MG.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

As práticas de assessoria técnica realizadas foram definidas a partir da pesquisa “TOC TOC Territórios de Ocupação Coletiva”⁴⁴, desenvolvida pelo programa Pólos de Cidadania da Escola de Direito da UFMG, em parceria com o Coletivo Construtores do

curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNA. A pesquisa visava o processo de regularização fundiária da área e, por meio de vários instrumentos, abordou os moradores da Vila Acaba Mundo por meio de questionário com perguntas pertinentes à questão central, mas também sobre a assessoria técnica. A análise das respostas revelou grande interesse da população por reformas nas edificações (57,5%) e pela presença de profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo (62,78%), fomentando a participação e a prática de assessoria técnica por parte da equipe do PRAXIS-EA/UFMG.

A aproximação com os moradores iniciou-se pela divulgação da pesquisa Diálogos junto ao presidente da Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo, Laerte Pereira, e por meio de panfletos. Esclarecemos que a assessoria técnica proposta se estabelecia quando desejada e solicitada pelos moradores, sem qualquer imposição ou obrigatoriedade. Assim, os pressupostos adotados eram antecipadamente explicados tanto aos moradores quanto ao presidente da associação, objetivando distinguir a proposição do processo compartilhado da convencional prestação de serviços.

As assessorias foram realizadas pelos pesquisadores do PRAXIS-EA/UMFG e por alunos da disciplina “Práticas de Assessoria Técnica”, sob supervisão da equipe. A disciplina foi ofertada para a Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Design da Universidade Federal de Minas Gerais durante o segundo semestre de 2017. Possibilitando a ampliação do atendimento das demandas por assessoria técnica, propusemos que os alunos, acompanhados pelos pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG, vivenciassem práticas compartilhadas de projeto com os moradores da Vila Acaba Mundo. No total de 12 práticas realizadas pelos pesquisadores e pelos alunos da disciplina proposta, uma foi coletiva (espaço

43 As assessorias foram cotidianamente registradas. Ver <<https://dialogosacabamundo.wordpress.com>>.

44 O relatório da pesquisa TOC TOC Territórios de Ocupação Coletiva ainda não foi publicado.

público comum), uma institucional (vinculada à creche municipal) e 10 individuais (espaços residenciais).

As práticas permitiram o aprofundamento a respeito do conceito estanque e genérico da autoconstrução onde entende-se que há uma única, coesa e espessa forma de se construir (MORADO NASCIMENTO; TIBO; LINHARES, 2018, no prelo). Na Vila Acaba Mundo, assim como em outras áreas autoconstruídas, distintas práticas são caracterizadas tecnicamente e reconhecidas institucionalmente como, em geral, autoconstrução. Entretanto, os moradores autoconstrutores não são iguais e nem são movidos pelos mesmos interesses. Morena e Sheila⁴⁵, por exemplo, moram na mesma vila, mas não têm os mesmos recursos financeiros disponibilizados para as obras. Da mesma forma, não são os mesmos agentes envolvidos em cada obra visto que Morena contrata construtores do setor da construção civil e Sheila conta com o auxílio do pai e do marido; sendo assim, as práticas construtivas não são as mesmas. O tempo destinado às obras também se diferenciam; Morena mora em um lote e constrói em outro, permitindo que sua obra se realize ao longo do tempo, enquanto Sheila urgentemente pressiona o tempo da construção porque mora em casa temporária de madeira.

Figura 2 – Moradias Sheila e Morena



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

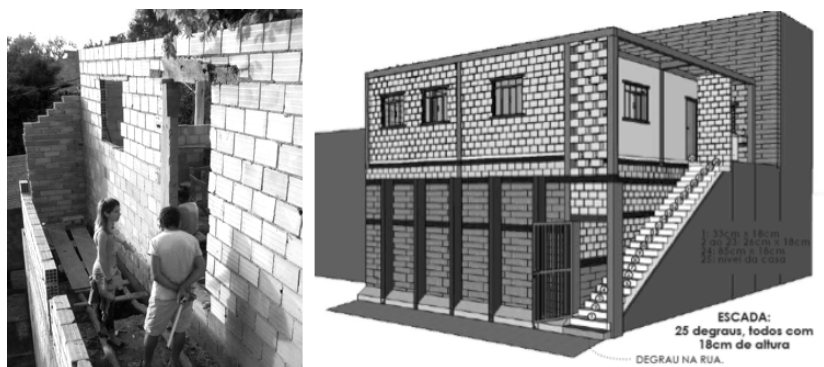
As distintas formas de se construir dos autoconstrutores provocou-nos a decompor o conceito autoconstrução em sete camadas: renda e recursos financeiros, território, tempo, agentes, práticas construtivas, autonomia e cultura (MORADO NASCIMENTO; TIBO; LINHARES, 2018, no prelo). Quando diferentes características presentes em cada camada são associadas, uma prática da autoconstrução, de forma singular, emerge, reivindicando ferramentas comunicacionais específicas a desenharem distintas práticas de assessoria técnica.

As assessorias com os moradores da Vila Acaba Mundo permitiram, então, constatar que os autoconstrutores não constroem da mesma forma e, por isso, não podem ser considerados um grupo coeso: cada morador se define por características diferentes, demandando distintas práticas de assessoria técnica. Por exemplo, ao ser apresentado ao material construtivo *dry wall* como possibilidade de material de vedação vertical, Geraldo afirmou: “vai economizar 20 centímetros. Vale a pena!”.⁴⁶ No

entanto, o *dry wall* não é material construtivo amplamente aceito por todos os moradores, dada a sua aparente fragilidade frente ao tradicional tijolo cerâmico. Sendo assim, o *dry wall* não pode ser dado como material construtivo acatado por todos.

Outro tema importante pode ser destacado: as escadas, realizadas ao fim da obra, normalmente são construídas com degraus muito altos, desiguais e com piso reduzido; em alguns casos, são encontradas também escadas pré-moldadas, em formato caracol, que ocupam menor espaço em áreas comuns dos territórios. Tais soluções são mal avaliadas pelo campo de conhecimento da arquitetura que, possivelmente, planejará a substituição das mesmas em resposta às normas técnicas vigentes. Assim como no caso da moradora Beatriz, o cálculo do conforto de escadas proposto pela fórmula de Blondel (relação entre o tamanho do piso e do espelho da escada) não se mostra eficiente para vilas, bem como favelas e ocupações urbanas.⁴⁷ A escada ideal é aquela que, minimizadas as condições de desconforto e insegurança, é possível para o morador.

Figura 3 - Escada adaptada ao lugar



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Assessorar tecnicamente os autoconstrutores requer, portanto, um outro olhar diante de regras, parâmetros, normas estabelecidos por manuais de arquitetura e engenharia direcionados à produção da cidade, corriqueiramente nomeada como *formal*. Se o arquiteto se mantiver acrítico diante do arcabouço regulador, a sua associação com a autoconstrutor torna-se inalcançável. Em contextos autoconstruídos, as decisões projetuais e construtivas, para condizer às necessidades, desejos, realidades e possibilidades dos moradores, baseiam-se na arquitetura do possível.

As assessorias técnicas realizadas nos mostraram que a flexibilidade deve acontecer por parte de todos os envolvidos no processo – arquiteto, autoconstrutor, morador. A assessoria técnica com a moradora Sheila reforça esse argumento. Dadas as condições de riscos geológicos do terreno onde sua casa se encontra, soluções específicas foram baseadas no argumento exclusivamente técnico – diante da responsabilidade premente dos pesquisadores – e acatadas pelo morador, de forma a garantir a sua segurança.

O desenvolvimento de métodos, instrumentos, procedimentos e linguagens que efetivem a comunicação entre arquiteto e morador é etapa intrínseca à assessoria técnica. Entendemos, assim, que as ferramentas comunicacionais acerca das decisões projetuais de cada autoconstrutor potencializam as melhores decisões construtivas. Por isso, não há método ou modelo únicos que se adequem às diversas situações ou que respondam às diferentes necessidades habitacionais. As ferramentas comunicacionais são variáveis, flexíveis e adaptáveis durante o processo de assessoria técnica.

Figura 4 - Ferramentas comunicacionais de projeto com moradores: maquete física, kit mobiliário e maquete digital.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

O kit mobiliário é um dos instrumentos mais utilizados, na medida em que facilita o diálogo entre o autoconstrutor e o arquiteto/pesquisador na experimentação de vários arranjos espaciais. A maquete física do terreno possibilita a discussão de questões técnicas referentes à topografia, à drenagem da água e à segurança estrutural da construção. A maquete digital colabora com o entendimento do espaço tridimensional e a melhor visualização das possibilidades. Ressaltamos que o computador, porém, surge como instrumento de possível convencimento, por ser um dispositivo tecnológico que reafirma hierarquias de saber na medida em que os autoconstrutores não dominam os softwares empregados.

No caso da assessoria técnica no espaço comum Beco da Mina, o projeto/desenho se afirmou como instrumento político coletivo na luta por recursos financeiros para a realização das obras. Segundo Laerte, “tudo [negociação com parceiros] depende de um papel, ainda que o projeto mude depois”.⁴⁸

Ressaltamos que a linguagem utilizada, seja através de

desenhos técnicos, tridimensionais e/ou ilustrativos, deve cumprir seu papel de comunicar e de transmitir informações que façam sentido ao morador. A utilização de ferramentas comunicacionais capazes de promover o compartilhamento de informações possibilita economia no tempo de construção, na mão de obra e nos gastos com materiais. Geraldo confirma que as dinâmicas que possibilitam rearranjos em escala não-real agregam benefícios ao processo construtivo autoconstruído, justificando que “mudar de ideia na maquete é melhor do que na obra”.⁴⁹ O desenho/projeto torna-se processual e não produto.

As assessorias técnicas partiram da prerrogativa da atuação técnica enquanto processo que permite a troca de saberes a partir de uma prática compartilhada com o morador, além de uma postura que transforma a relação arquiteto-cliente. Construir um processo compartilhado é diferente de prestar um serviço: qualifica-se a experiência construtiva do morador na medida em que seu arcabouço de possibilidades é transformado por informações técnicas, sem que qualquer solução seja violentamente imposta. Beatriz não acatou as propostas acordadas com os pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG em relação às infiltrações na parede da sua casa, gerando patologias minimizadas a partir da segunda assessoria técnica. Nesse caso, a mudança de decisão do morador só foi possível no momento que a informação compartilhada fez sentido. Os processos de mediação se configuram a partir da prática e vão se modificando em razão da mesma.

Ainda assim, os processos de compartilhamento de projetos propostos como assessoria técnica apresentam dificuldades, segundo Laerte, sendo elas: (i) os arquitetos/pesquisadores são agentes externos à vila e, muitas vezes, os moradores opinam e

participam apenas em ambientes coletivos, sem a presença dos assessores; (ii) as pessoas estão acostumadas com a situação em que vivem e resistem às mudanças; (iii) a resistência à assessoria surge da falta de conhecimento de outras maneiras de se construir ou de outros materiais; e (iv) parcerias anteriores com universidades e/ou técnicos indicaram intervenções distantes das necessidades ou dos desejos dos moradores ou prometeram melhorias que não se cumpriram.⁵⁰

No começo, a comunidade logo assustou, não tinha conhecimento. A questão da Arquitetura mesmo que chegou... As pessoas aqui da Acaba Mundo, o quê que acontece: é distante na nossa realidade você ter um atendimento de pessoas, de arquitetos. A gente, na verdade, nem sabia o que era um arquiteto. Um arquiteto estava longe da nossa realidade, de chegar no nosso barraco, na nossa casa, de entrar e dar uma opinião. Até mesmo por causa disso, a gente via nossa casa, assim, muito, muito assim, sem jeito, sem maneiras de melhorar. Mesmo sonhando com melhorias, a gente não via expectativa, não tinha visão para nada disso. Então, aí veio o pessoal da Arquitetura introduzindo aos poucos.⁵¹

A assessoria técnica é desconhecida e, por isso, pode causar estranhamento. Há, também, o poder simbólico associado à imagem do arquiteto que não se dissolve tão facilmente. Porém, o processo compartilhado, quando construído de forma desejada e recíproca, permite a dissolução de hierarquias ao longo do tempo, como confirmado na fala de Laerte. Sabemos que o compartilhamento e a troca de saberes é um desafio. Sendo assim, as práticas não focam no controle dos resultados,

mas nos processos que transformam moradores, pesquisadores e arquitetos, provocam questionamentos e ativam possibilidades.

As práticas de assessoria técnica pretendem construir outra lógica da prática arquitetônica, conferindo poder de decisão ao morador, na medida em que este efetivamente é protagonista dos processos de decisão da sua moradia. Além disso, o autoconstrutor se coloca em outro lugar dentro da cidade, no lugar da prática social, como ator social que produz o espaço urbano.

3 Eixos de reflexões

Reafirmamos que os indivíduos não são agentes passivos das transformações; eles conhecem sua realidade e seus problemas, carregando potencial latente de solução. Porém, para a transformação de sua realidade, informações livres da dominação tecnológica e científica e da ordem política são necessárias para que potencializem processos de decisão (MORADO NASCIMENTO, 2016). Sendo assim, os próprios indivíduos são capazes de agir em sua transformação social e possibilitar a construção de outra cidade, socialmente mais justa.

Assim sendo, não basta prover atuação técnica e afirmar que o projeto do arquiteto garante a qualidade de vida almejada pelo morador. Propomos um processo de atuação que dê condições ao indivíduo para que ele próprio alcance o desenvolvimento de suas condições de vida, baseado em sua prática e seu mundo. Ou seja, não bastam oportunidades de mercado para que o arquiteto trabalhe com a população de baixa renda, mas devem existir, também, possibilidades para que o arquiteto proponha metodologias e ferramentas comunicacionais de compartilhamento do processo de projetar e de construir com o morador.

O indicativo é de abertura ao diálogo entre arquiteto e

50 Laerte, em conversa com os pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG, março de 2018.

51 idem.

autoconstrutor, sendo este, também, um exercício de sentido. As necessidades habitacionais do morador estão imbricadas por sonhos e desejos. Da mesma forma, a ofício do arquiteto está carregado de poder, símbolos, saberes e de cientificidade.

Outras experiências de assessorias técnicas, investigadas nesse trabalho, revelam que aquelas que menos recebem investimento privado mais se aproximam do compartilhamento de processos. Apesar de desenvolverem metodologias e proporem formas de representação nas quais o morador participa das intervenções, as experiências sempre demandam investimento de recursos financeiros, seja para projeto e obra, seja para o pagamento dos profissionais. No caso das propostas provenientes de associações sem fins lucrativos, existem iniciativas nas quais o arquiteto participa como voluntário; aquelas que custeiam o serviço do profissional, usam recursos provindos de financiamentos coletivos ou de investidores privados. As propostas advindas das universidades, como são as assessorias técnicas realizadas pelo PRAXIS-EA/UFMG, não financiam o exercício profissional. Os arquitetos/pesquisadores e estudantes atuam enquanto propositores, criando práticas e metodologias e ampliando sua formação profissional.

As práticas de assessoria técnica realizadas pelo PRAXIS-EA/UFMG foram possíveis como projeto de pesquisa, de ensino e de extensão da universidade. Importante reafirmar que, inserido no âmbito acadêmico, este trabalho não objetivou restritamente a produção de conhecimento mas, também, aproximar os estudantes à prática profissional na cidade autoconstruída pela população de baixa renda.

Quando a assessoria técnica é financiada pelo mercado privado pergunta-se: quem se beneficia do que e como? Sob a afirmativa de promoção de assessoria técnica, as iniciativas

investigadas não são realizadas por meio de metodologias e instrumentos capazes de estabelecer o efetivo diálogo com o autoconstrutor. Sob o nosso ponto de vista, entendemos que a *assessoria* técnica é aquela onde o arquiteto, propositor e mediador da informação técnica, assessora o moradores no processo de projetar e de construir, preservando o seu poder de tomada de decisão. Por outro lado, se o vínculo entre arquiteto e autoconstrutor se forma por relações mercantis, a prática torna-se *assistência* técnica, reproduzindo a prática de prestação de serviços. As duas práticas são, portanto, distintas, requerendo a necessária e justa distinção de seus objetivos.

Pode-se afirmar que a assistência técnica não garante o protagonismo do morador se o vínculo entre arquiteto e autoconstrutor acontece de forma hierárquica e impositiva. A oferta da assistência técnica para a população de baixa renda como parte do ofício de arquitetos tem emergido como novo produto ofertado por empresas privadas. Contudo, importante ressaltar que não pretendemos desqualificar tais práticas e tampouco se considera que o problema seja a cobrança pelo serviço de arquitetura do pobre. Questionamos, entretanto, a reprodução de desigualdades em razão da imposição de padrões, normas e saberes que, em grande medida, podem ampliar a crítica generalizada e superficial da autoconstrução.

Na medida em que a população de baixa renda é incorporada como consumidora do produto-arquitetura, nota-se que o discurso utilizado para justificar a contratação do arquiteto se baseia na precariedade dos espaços habitados. Enquanto discussão teórica, o termo precariedade abarca os discursos da insegurança estrutural, da inexistência de esgotamento sanitário, dos riscos geológicos, da má localização, entre outros. Mas, a partir das práticas de assessoria técnica realizadas, constatamos que a

precariedade depende do olhar de quem olha e da trajetória de vida e conquistas do morador alcançadas ao longo do tempo. Portanto, a precariedade precisa ser melhor problematizada.

Para que a assessoria técnica pressuposta neste trabalho seja viabilizada pelo poder público, defendemos a dissociação entre a precariedade genericamente atribuída às casas autoconstruídas e as reais situações enfrentadas pela população de baixa renda diante das condições sociais, econômicas e políticas na cidade. Esta dissociação perpassa pela definição do que seja moradia digna, a partir da história e do modo de vida do morador; pelo entendimento das necessidades habitacionais em cada contexto – favelas, ocupações urbanas e loteamentos periféricos; e pela premissa de que padrões “mínimos” ou “ideais” não podem ser universais. A nosso ver, as camadas tempo, renda, agentes, cultura, território, autonomia e práticas construtivas possibilitam uma melhor leitura e análise da autoconstrução e, conseqüentemente, da assessoria técnica. Propomos, assim, que precariedade esteja vinculada ao contexto socioespacial do morador e ao processo de morar e de construir, e não apenas sujeita à avaliação do produto final construído.

Reafirmamos ser necessário retomar a autoconstrução como uma prática configurada por distintos repertórios e motivações, que exigem a adoção de distintas metodologias de assessoria técnica. Ainda que os moradores estejam inseridos em uma mesma estrutura social e ordenados pelo mesmo sistema cultural, econômico e social, existem infinitas possibilidades de combinação e recombinação de aspectos que tornam a autoconstrução distinta em sua prática e que, por isso, demandam metodologias e ferramentas comunicacionais específicas.

Esclarecemos que as práticas de assessoria técnica no contexto da Vila Acaba Mundo, realizadas pela equipe do PRAXIS-

EA/UFMG, pretenderam transformar socialmente os moradores, mas cientes de que outras ações deveriam estar associadas como, por exemplo, o financiamento da construção. Quando os moradores não podiam subsidiar a obra, os objetivos da assessoria técnica tornavam-se limitados. Nas assessorias técnicas com recursos financeiros garantidos, os seguintes benefícios foram atestados: (i) a proposição de outras possibilidades construtivas para além do arcabouço recorrente da autoconstrução; (ii) a experimentação de arranjos espaciais; e (iii) a antecipação da conformação final para contrapô-la às expectativas e demandas iniciais dos moradores. Assumimos que a economia dos recursos financeiros em razão da assessoria técnica realizada não pôde ser verificada no tempo, mas reforçamos a importância dos custos das soluções construtivas no processo de tomada de decisão do morador.

Da mesma forma que se reconheceram os benefícios da assessoria técnica, alguns entraves também foram desvelados. Os saberes técnicos dos arquitetos adquiridos durante sua formação educacional não garantem que sejam competentes para assumir responsabilidade técnica no que se refere às questões estruturais das moradias autoconstruídas, sempre em processo de construção e modificação. Para isto, propomos o compartilhamento da responsabilidade com o autoconstrutor junto com o auxílio do saber técnico da engenharia, de forma que legitimamos o conhecimento do mesmo sobre a lógica estrutural da sua moradia.

O compartilhamento envolve, também, o conflito. Por isto, o diálogo requer adaptações. Não existem métodos, fórmulas e modelos únicos e replicáveis a serem utilizados, de forma que as práticas se configuram a partir da prática e na prática, demandando tempo para a experimentação de possibilidades metodológicas e de ferramentas comunicacionais que colaborem e facilitem a assessoria.

Entendemos também que não basta oferecer o serviço de assistência ou assessoria técnica pressupondo apenas seus benefícios – ainda que o serviço seja gratuito. É necessário um processo de aproximação e de desconstrução do lugar simbólico que o arquiteto ocupa, bem como de seu modo de atuação. Laerte confirma o desconhecimento da população em relação ao serviço do arquiteto e/ou do sentimento de distanciamento do profissional desta realidade.

Porque o que me motivou foi primeiro eu conhecer os arquitetos e saber o que eles fazem. Que são os desenhos bacanas. Que além de fazer um projeto, não eram só as linhas. O trabalho do arquiteto não é só aquele projeto quadrado, bonitinho, cheio de números. Aí vocês conseguem por cores e isso me atraiu também. E isso, no popular, facilita a opinião das pessoas.⁵²

As práticas de assessoria técnica realizadas permitiram a identificação de premissas, métodos e ferramentas que potencializam a associação entre o arquiteto e o autoconstrutor e promovem a transformação social do morador, comprovando os benefícios desta combinação. Sustentamos que ainda não foram encontradas respostas definitivas sobre como garantir a atuação profissional a partir de práticas compartilhadas fora dos moldes da prestação de serviços remunerada pelo setor privado. Acreditamos que o financiamento da assessoria técnica perpassa as práticas pedagógicas do ensino da arquitetura, sendo necessária a conversão da formação do arquiteto para contextos autoconstruídos pela população de baixa renda.

Referências:

- CAU/BR e DataFolha. 2015. *O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil*. Disponível em < <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 03 set. 2017.
- FERRO, S. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MORADO NASCIMENTO, D. (org.) *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Ed. AIC, 2016.
- MORADO NASCIMENTO, D.; TIBO, G. L.; LINHARES, J. F. Análise da autoconstrução a partir de suas práticas. In: URBFAVELAS, III, Salvador, 2018. *No prelo*.
- STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- TIBO, G. L. A. Reflexões da prática da assessoria técnica: uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo. In: ENANPUR, XVII, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpur, 2017. p.1-19.